



CÂMARA MUNICIPAL DE RIO BRANCO - ACRE  
Rua Hugo Carneiro, n° 567 – Bairro Bosque

CPI DO TRANSPORTE PÚBLICO DE RIO BRANCO.

Ata da 6ª Reunião da CPI do Transporte Público,  
da 2ª Sessão Legislativa da 15ª Legislatura da  
Câmara Municipal de Rio Branco.

Aos dezessete dias do mês de maio do ano de 2022, às 14:30h horas, no Plenário da Câmara Municipal de Rio Branco, reuniu-se a Comissão Especial de Inquérito, destinada à fiscalização de possíveis irregularidades no setor de transporte público do Município, designada pela **Resolução Legislativa nº13**, de 15 de setembro de 2021. Sob a presidência da **vereadora Michelle Melo** e com a presença dos (as) vereadores (as): **Emerson Jarude, Fábio Araújo e Samir Bestene**; iniciou-se a reunião, que teve por finalidade a oitiva dos senhores **Nélio Anastácio Oliveira – ex-superintendente da RBTRANS e Clendes Vilas Boas – Diretor de Transportes – RBTRANS**. Primeira oitiva, a do senhor Nélio Anastácio. Cumprimento do Rito Processual e assinatura do termo de compromisso com a verdade, por parte da testemunha. **Iniciada a inquirição. Vereador Fábio Araújo** indagou a precisão do período de gestão do convidado à frente da RBTRANS, ao tempo em que solicitou detalhes sobre o processo de renovação contratual, à época, com o empresariado detentor da concessão dos serviços. **Nélio Anastácio** atestou a renovação, esta, com TAC – Termo de Ajustamento de Conduta. Na sequência, **vereador Fábio Araújo** perguntou da fiscalização do referido ato judicial por parte do poder público. Ademais, indagou o porquê da não abertura de caducidade contratual, visto o não cumprimento do acordado. O **ex-gestor**, então, em resposta, afirmou não ser da alçada do Executivo, tal medida. **Vereador Samir Bestene** indagou sobre a indisposição da prefeitura para abertura de Licitação oportunizando o ingresso de novas empresas no Sistema. Em resposta, senhor **Nélio Anastácio** contextualizou o assunto e, não obstante, pontuou a impossibilidade de ruptura de contrato com o empresariado, o que inviabilizou a vinda de novas empresas de auto viação ao Estado. **Vereador Emerson Jarude** solicitou a opinião do convidado sobre alternativas possíveis de melhoramento do transporte coletivo da capital. **Nélio Anastácio** apresentou narrativa pessoal sobre a visão dele, do Modelo em prática na Cidade e, considerou o processo de composição tarifária como empecilho para tanto. **Vereadora Michelle Melo** também solicitou o posicionamento do convidado, este, quanto ao monopólio instaurado na capital. **Nélio** por sua vez, julgou não salutar, ao passo em que saiu em defesa da concorrência no setor. Considerações finais da presidente e do inquirido. Iniciada a inquirição do segundo convocado, o **senhor Clendes Vilas Boas – diretor de transportes da RBTRANS**. Cumprimento do Rito Processual e assinatura do termo de compromisso com a verdade. Tão logo findadas as formalidades, **Vereador Fábio Araújo** pediu do gestor um panorama da situação contratual do setor, quando de sua



CÂMARA MUNICIPAL DE RIO BRANCO - ACRE  
Rua Hugo Carneiro, nº 567 – Bairro Bosque

assunção ao cargo. **Vilas Boas** levantou as principais mazelas do Sistema, destaque para as multas em aberto. Ademais, o gestor confirmou a adoção de medidas interventoras do Caso. **Vereador Fábio Araújo** questionou acerca do processo de consulta pública, aberto para contratação emergencial no Sistema. **Vilas Boas**, em resposta, confirmou possuir o conhecimento das cartas às empresas então interessadas na concessão, sendo a Ricco Transportes, a única concordante com o contrato, sem subsídio do poder público. **Vereador Fábio Araújo**, então, questionou o endereço de publicação das referidas Cartas. O convocado não soube precisar a informação. **Vereador Emerson Jarude** indagou sobre uma possível facilitação quando da contratação da empresa Ricco. **Vilas Boas** negou qualquer ação neste sentido e reiterou o compromisso do Executivo com a oferta de um serviço de qualidade aos munícipes. **Vereador Jarude**, então, provocou o senhor Vilas Boas sobre valores concedidos à referida empresa, quando do transporte dos coletivos da região Sudeste. Confirmado o aporte de setecentos mil reais; pelo inquirido. Ainda, em conformidade ao processo emergencial, o gestor trouxe o valor de aproximadamente dois milhões, exigido pelas outras empresas. **Vereadora Michelle Melo**, então, solicitou acesso da CPI às Cartas supracitadas. Sobre um segundo lote de ofertas, o convocado confirmou a desistência do restante do empresariado; restando a atual, empresa Ricco, vencedora do Processo. **Vereador Samir Bestene** fez três questionamentos: Regularidade das empresas junto ao RBTRANS; expectativa para contratação de novas empresas e por fim, a possibilidade de retorno da atual frota à cidade de origem, no estado do Rio de Janeiro. **Vilas Boas** ao posicionar-se, voltou a fazer um recorte temporal das mazelas do setor, quando de sua assunção. Já sobre a situação da frota, o gestor reiterou o cumprimento do processo legal para transferência dos coletivos. **Vereadora Michelle Melo** lamentou a falta de transparência do processo emergencial do transporte, através de chamamento público. Ademais, a presidente indagou sobre detalhes da oferta feita às outras empresas, não contratadas, e por fim, solicitou detalhes do faturamento do Empresariado do setor. **Vilas Boas**, sobre as Cartas, processo documental e planilhas de lucro, o gestor as deixou à disposição da CPI, via cópia de material. **Vereadora Michelle Melo**, então, perguntou da frota em circulação. Oitenta e sete, número confirmado pelo **diretor de transportes**; quanto à frota ideal, o **gestor** mensurou cento e vinte veículos. Na sequência, a presidente questionou a ineficácia da intervenção do poder público no setor, vista a continuidade das mazelas. Em resposta, o senhor **Vilas Boas** apresentou nuances das medidas adotadas pela RBTRANS. Ademais, a parlamentar pediu do gestor, esclarecimentos sobre a subutilização dos terminais de integração. **Vilas Boas** ao comentar a situação, salientou a falta de planejamento quando da projeção dos mesmos. **Vereadora Michelle Melo** solicitou material documental de manifestações populares, abaixo – assinados, pactuados junto às lideranças comunitárias, reivindicando a desativação do terminal de integração situado na regional do Adalberto Sena. **Vereador Samir Bestene** questionou da absorção dos colaboradores e do recolhimento dos encargos trabalhistas. **Vilas Boas**, em resposta,



**CÂMARA MUNICIPAL DE RIO BRANCO - ACRE**  
**Rua Hugo Carneiro, nº 567 – Bairro Bosque**

confirmou acordo com o Ministério do Trabalho na intermediação da vida funcional dos empregados do setor. Contudo, a presidente da CPI solicitou da RBTRANS documentação referente ao Acordo Contratual entre a gestão atual, Ministério do Trabalho e a empresa RICCO, quanto à absorção contratual dos trabalhadores do Sistema. **Vereador Fábio Araújo** levantou a polêmica envolvendo o licenciamento da empresa Ricco. **Vilas Boas** julgou desconhecer os fatos em torno do questionamento. A seguir, o **vereador** ainda em tempo, pontuou a falta de efetivo em circulação na regional da Habitasa; esta, apenas a nível de apontamento ao convidado. **Considerações finais e agradecimentos.** Nada mais havendo a constar, a reunião foi encerrada às **16h** e, para os devidos fins, foi lavrada a presente ata que, após ser lida e aprovada por unanimidade, foi assinada pelos parlamentares membros da Comissão Especial de Inquérito presentes:

  
**VEREADORA MICHELLE MELO**  
Presidente

  
**VEREADOR EMERSON JARUDE**  
Membro Suplente.

  
**VEREADOR FÁBIO ARAÚJO**  
Vice-Presidente

  
**VEREADOR SAMIR BESTENE.**  
Membro Titular.